



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, acompanhados da manifestação do Conselho de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. As condições macroeconômicas do Brasil mantiveram-se favoráveis em 2006, estimulando os investidores, inclusive os estrangeiros, a realizar aplicações no mercado de títulos e valores mobiliários em nosso país. Assim, a despeito de um moderado crescimento do PIB, estimado em 2,8%, a contínua queda mensal da taxa básica de juros (SELIC), partindo de 18,00% ao ano em 31/12/05 para situar-se em 13,25% em 31/12/06, aliada a uma baixa taxa de inflação que, medida pelo IGP-DI, situou-se em 3,79% no ano, bem como a relativa estabilidade do Dólar em relação ao Real, com pequena apreciação deste, propiciaram um cenário atraente para os investidores, fortalecendo o grau de confiança em relação a esse segmento da economia. Igualmente contribuiu para esse cenário favorável o desempenho da balança comercial brasileira, cujo saldo positivo alcançou US\$ 46 bilhões, com as exportações atingindo o recorde histórico de US\$ 137 bilhões.

No plano internacional verificou-se uma forte liquidez financeira, propiciando um expressivo fluxo de recursos para países em desenvolvimento. Esse conjunto de variáveis impulsionaram o mercado de capitais para um extraordinário desempenho em 2006, refletido pela valorização de 32,93% no índice BOVESPA e pelos volumes recordes de registros de valores mobiliários na CVM para oferta pública, que somaram R\$ 125 bilhões no ano, contra R\$ 71 bilhões em 2005. O ativo com maior participação no montante registrado na CVM foi a debênture, com R\$ 71 bilhões, contra R\$ 43 bilhões em 2005, refletindo um crescimento de 65,1% no ano. Segue-se o volume de registros de ações com R\$ 27 bilhões e de cotas de FDIC, com R\$ 12,8 bilhões.

Diante desse contexto favorável, a Companhia promoveu a colocação da 9ª e 10ª emissões públicas de debêntures, da espécie subordinada, nos valores de R\$ 30 milhões e R\$ 50 milhões respectivamente, ambas obtendo classificação de "rating" A. A 9ª emissão foi deliberada em Assembleia de Acionistas realizada em 15/12/05, com vencimento em 15/03/07, e colocada no mercado no 1º semestre de 2006, enquanto que a 10ª emissão foi aprovada em AGE de 06/06/06, tendo o seu vencimento fixado para 15/11/08, e colocada no mercado no 2º semestre de 2006.

A Companhia não adquiriu debêntures destas duas emissões, estando todos estes títulos em poder do mercado, os quais somam um saldo a amortizar de R\$ 61,1 milhões em 31/12/06.

Utilizando disponibilidades financeiras próprias e atendendo seu objeto social, a CADIP adquiriu do Estado mais 150.000.000 de ações preferenciais de emissão da CORSAN - Cia. Riograndense de Saneamento, pelo valor total de R\$ 210.000.000,00.

Cabe destacar que no exercício de 2006 ocorreu a liquidação final da 7ª e da 8ª emissões, respectivamente em 15/11/06 e 1º/12/06. Todos os compromissos com os debenturistas foram honrados rigorosamente nas datas aprazadas.

As características operacionais da Companhia tendem a prejudicar a comparabilidade de valores de contas patrimoniais e de resultados no tempo. Entretanto, cabe a apresentação de alguns dados de interesse analítico, como segue.

As receitas operacionais registraram expressivo crescimento em 2006, alcançando o total R\$ 21.967 mil, contra R\$ 17.075 mil no exercício de 2005, refletindo uma evolução de 28,6%. Parte deste incremento (41,5%) decorreu da reversão da provisão para perdas em investimentos, procedida em razão de nova classificação contábil da posição em ações da CORSAN detida antes da aquisição acima mencionada, que passou à condição de investimento relevante (39,28% do capital da investida).

As despesas operacionais somaram R\$ 38.800 mil, contra R\$ 27.589 mil em 2005, sendo 64,1% decorrente de equivalência patrimonial negativa resultante da posição em ações da CORSAN.

O resultado líquido do exercício foi negativo da ordem de R\$ 16.833 mil, refletindo o desempenho de receitas e despesas acima mencionadas. No exercício de 2005 o resultado líquido igualmente foi negativo, situando-se em R\$ 10.100 mil.

As contas patrimoniais apresentaram sensíveis variações em seus saldos em 2006 em relação às posições de 2005, provocadas pelo ingresso de recursos provenientes da colocação da 9ª e 10ª emissões de debêntures, no montante de R\$ 30,0 e R\$ 50,0 milhões, respectivamente, bem como das amortizações programadas de debêntures no exercício.

Assim, no Ativo o saldo da conta de Disponibilidades apresentou forte redução em decorrência das amortizações programadas de debêntures no exercício de 2006 e, em especial, da aquisição de ações da CORSAN. Este último evento provocou substancial incremento no Permanente - Investimentos. Em seu total o Ativo apresentou redução da ordem de 14,6% em 2006 em relação a 2005.

No Passivo verificou-se expressiva redução na conta de Debêntures no Circulante em razão das mencionadas amortizações, enquanto que no Exigível a Longo Prazo ocorreu forte crescimento decorrente do registro de parte da 10ª emissão de debêntures, vencível em 2008.

A Companhia não participa de contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

O quadro de pessoal é integrado por funcionários da administração direta e indireta do Estado, cedidos sem ônus para a Companhia. No exercício ocorreram alterações na Diretoria. O Presidente Ricardo Englert apresentou e justificou sua renúncia, sendo eleito para o cargo o até então Diretor de Relações com Investidores Leonildo Migon. Para a Diretoria de Relações com Investidores foi eleito Carlos Eduardo Provenzano, sendo que ambos completarão o mandato dos substituídos.

Os Auditores Independentes, contratados pela Companhia em 1º/02/06 para auditar os exercícios de 2006 e 2007, prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

O excelente desempenho do mercado de debêntures, observado desde 2004, vem consolidando o segmento como importante fonte de recursos para as companhias, cenário este que tende a continuar em 2007. Desta forma, a CADIP, inserida nesse contexto, desfruta de condições plenamente favoráveis para o desenvolvimento de suas atividades.

Agradecemos o permanente apoio recebido da Administração Pública do Estado e a confiança dos Senhores Acionistas, que muito contribuíram para o bom andamento da atividade da Companhia no decorrer do exercício de 2006.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de R\$)		
ATIVO	PASSIVO	
	2006	2005
CIRCULANTE	69.794	311.084
Disponibilidades	46.431	184.227
Bancos	443	297
Aplicações de Liquidez Imediata	45.988	183.930
Créditos	23.363	126.857
Direitos Creditórios	-	91.030
Outros Créditos	23.363	35.827
Estado do Rio Grande do Sul	21.475	27.645
Itaú - Adiantamento Encargos de Debêntures	-	6.925
Juros s/Capital Próprio	491	426
Créditos Tributários	1.397	831
NÃO CIRCULANTE	206.339	12.094
PERMANENTE	206.339	12.094
Investimentos	206.339	12.094
Ações de Empresa Coligada	206.339	-
Ações de Empresa Ligada	-	21.200
(-) Provisão para Perdas	-	(9.106)
TOTAL DO ATIVO	276.133	323.178
CIRCULANTE	37.607	95.319
Debêntures	33.631	94.817
Obrigações - Estado do Rio Grande do Sul	3.922	454
Impostos e Taxas	54	48
NÃO CIRCULANTE	27.500	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	27.500	-
Debêntures	27.500	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	211.026	227.859
Capital Social	291.118	291.118
Prejuízos Acumulados	(80.092)	(63.259)
TOTAL DO PASSIVO	276.133	323.178

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de R\$)		
	2006	2005
DISCRIMINAÇÃO	2006	2005
RECEITAS OPERACIONAIS	21.967	17.075
Receitas Financeiras	12.843	17.053
Outras Receitas Operacionais	9.124	22
DESPESAS OPERACIONAIS	(38.800)	(27.589)
Despesas Financeiras	(12.190)	(21.087)
Despesas Administrativas	(693)	(5.335)
Despesas Tributárias	(1.056)	(1.167)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(24.861)	-
RESULTADO OPERACIONAL	(16.833)	(10.514)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	414
Despesas Não-Operacionais	-	(343)
Receitas Não-Operacionais	-	757
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(16.833)	(10.100)
Prejuízo por Ação do Capital Social Final - R\$	(0,2475)	(0,1485)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
A Companhia tem como objetivo social prestar serviços tendentes a auxiliar o Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na forma da Legislação Societária e de acordo com as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) **Apuração do Resultado:** É adotado o regime de competência de exercícios.
b) **Instrumentos Financeiros:** Os Instrumentos Financeiros, destinados a alcançar o objeto social da Companhia, descritos nas notas de números 4, 5, e 7, estão representados, substancialmente, na contabilidade pelas aplicações financeiras de liquidez imediata, por créditos e por debêntures, sendo os valores dos mesmos iguais, nos casos aplicáveis, aos de mercado, não sendo evidenciado, até o momento, nenhum risco para a realização destes ativos.

c) **Investimentos:** O investimento relevante em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base o patrimônio líquido da coligada levantado na mesma data-base de 31 de dezembro de 2006, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

5. CRÉDITOS
Representam, basicamente, operações originárias de direitos creditórios decorrentes de parcelamentos de ICMS, em fase de resolução (substituição), pelo valor atualizado dos mesmos, na forma prevista em contrato firmado com o Estado do Rio Grande do Sul.

6. INVESTIMENTOS - PERMANENTE
A participação em empresa coligada está assim demonstrada:

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (Posição em 31 de dezembro de 2006)		Valor em R\$ mil
Volume Total de Ações da Investida		407.318.052
Ordinárias		203.659.026
Preferenciais		203.659.026
Patrimônio Líquido da Investida		525.284
Volume de Ações da Investida possuídas pela CADIP		160.000.000
Espécie e Forma		PN
% de Participação Sobre o Capital Total		39,28%
% de Participação Sobre o Capital Não Votante		78,56%
Lucro Líquido do Exercício da Investida		31.427
Valor Contábil do Investimento:		206.339
Saldo Inicial		231.200
Resultado da Equivalência Patrimonial		(24.861)

Nota: Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.
No exercício foram adquiridas mais 150 milhões de ações preferenciais, desta investida, pelo valor total de R\$ 210.000 mil. O valor da transação foi apurado conforme laudo de avaliação emitido pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE, que calculou o valor da ação com base em Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de setembro de 2006, devidamente examinadas por auditores independentes, não sendo apurado ágio ou deságio na operação. Desta forma, a CADIP passou a deter 39,28% do capital total da investida, caracterizando, assim, um investimento de natureza relevante.

4. DISPONIBILIDADES
Referem-se, preponderantemente, a recursos aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

7. DEBÊNTURES
A Companhia está com a 9ª e 10ª emissões de debêntures no mercado. A totalidade das debêntures está em poder dos investidores. O quadro a seguir informa as principais características das referidas emissões, na posição de 31 de dezembro:

EMIÇÃO	SÉRIE	DATA		VALOR	REMUNERAÇÃO	GARANTIA	PAGTO ¹	SALDO	
		EMIÇÃO	VENCTO.					2006	2005
	Única	15/12/05	15/03/07	30.000	104,5% DI	Subordinada	Mensal ²	7.957	-
	Única	15/07/06	15/11/08	50.000	104,0% DI	Subordinada	Mensal ³	53.174	-
TOTAL								61.131	-

Notas: ¹ Remuneração e Amortização. ² Dia 15 de cada mês. ³ Dia 15 de cada mês a partir de 15/04/07.

Os saldos das debêntures, informados no quadro anterior, correspondem ao valor a amortizar acrescido da respectiva remuneração calculada, *pro rata temporis*, até 31 de dezembro de 2006.
Nenhuma das duas emissões possui cláusula de repactuação de juros, bem como não contam com fundo de liquidez.
As duas emissões estão registradas para negociação na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Os interessados em obter maiores informações sobre as debêntures dessas duas emissões podem consultar as respectivas Escrituras de Emissão ou Prospectos no site da Companhia: <http://www.cadip.com.br>.

8. PARTES RELACIONADAS
As transações com partes relacionadas estão representadas no Ativo pelas aplicações de liquidez imediata, descritas na nota 4, pelos direitos, descritas na nota 5, e pelo investimento em ações descritas na nota 6.

9. CAPITAL SOCIAL
O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, é de R\$ 291.118 mil, totalmente integralizado, dividido em 68.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

10. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

ITENS	Valor em R\$ mil	
	2006	2005
Reversão de provisão para perdas em Ações	9.106	-
Juros Ativos	18	22
TOTAL	9.124	22

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995 e, atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

12. CONTENCIOSOS
A Companhia não registra contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
A Companhia possui, em 31 de dezembro 2006, base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 23.026 mil (R\$ 21.948 mil em 2005), e, de Prejuízos Fiscais, R\$ 23.025 mil (R\$ 21.948 mil em 2005), sem prazo de prescrição.

Conservadoramente, a Companhia não reconhece o ativo fiscal diferido decorrente de base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 2.072 mil (R\$ 1.975 mil em 2005), e, de Prejuízos Fiscais no valor de R\$ 5.756 mil (R\$ 5.487 mil em 2005), sendo que o seu registro contábil ocorrerá na forma estabelecida pela Deliberação CVM 273/98 e na proporção da geração de lucros tributáveis futuros.

14. SEGUROS
A Companhia não possui bens imóveis e nem móveis suscetíveis de serem segurados.

LEONILDO MIGON Diretor Presidente
MARCELO ROBERTO FREIRE Diretor Técnico
CARLOS EDUARDO PROVENZANO Diretor de Relações com Investidores
PAULO CESAR SANTANA NUNES Contador - CRC 034346/0-4 CPF 139.198.490-00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e o teor do Parecer dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos julgando-os em condições de sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março de 2007.
Ricardo Englert Fernando Guerreiro de Lemos
Flávio Pomper Mayer Ney Michelucci Rodrigues
Ricardo Richinhi Hingel

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social de 2006 e, tendo presente o Parecer dos Auditores Independentes, entendemos estarem os referidos documentos em condições de serem aprovados pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março de 2007.
Olavo Cesar Dias Medeiros Fernando Rodrigues José Luiz Piazza Pfitscher

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	63.618	(53.159)	10.459
AUMENTO DE CAPITAL	227.500	-	227.500
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(10.100)	(10.100)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	291.118	(63.259)	227.859
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(16.833)	(16.833)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	291.118	(80.092)	211.026

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	01/01/06	01/01/05
1. ORIGENS DE RECURSOS	35.528	227.500
Das Operações:	8.028	-
Prejuízo do Exercício	(16.833)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	24.861	-
Dos Acionistas e Terceiros:	27.500	227.500
Integralização de Capital Social	-	227.500
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	27.500	-
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS	219.106	34.514
Das Operações:	-	10.100
Prejuízo do Exercício	-	10.100
Em Investimentos	210.000	-
Reversão de Provisão para Perdas em Investimentos	9.106	414
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	-	24.000
3. AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAP. CIRC. LÍQUIDO (1-2)	(183.578)	192.986

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE:
ATIVO CIRCULANTE:
FIM DO EXERCÍCIO 69.794 311.084
INÍCIO DO EXERCÍCIO 311.084 47.976
VARIACÃO (241.290) 263.108
PASSIVO CIRCULANTE:
FIM DO EXERCÍCIO 37.607 95.319
INÍCIO DO EXERCÍCIO 95.319 25.197
VARIACÃO (57.712) 70.122
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO (183.578) 192.986

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e o teor do Parecer dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos julgando-os em condições de sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março de 2007.
Ricardo Englert Fernando Guerreiro de Lemos
Flávio Pomper Mayer Ney Michelucci Rodrigues
Ricardo Richinhi Hingel

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social de 2006 e, tendo presente o Parecer dos Auditores Independentes, entendemos estarem os referidos documentos em condições de serem aprovados pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março de 2007.
Olavo Cesar Dias Medeiros Fernando Rodrigues José Luiz Piazza Pfitscher

Aos Acionistas, Diretores e Conselheiros da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP
Porto Alegre / RS

(1) Examinamos o balanço patrimonial da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A - CADIP, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da coligada Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito ao investimento no valor de R\$ 206.339

mil e do resultado de equivalência patrimonial decorrente dessa coligada no valor de (R\$ 24.861 mil), está baseada no parecer desses auditores independentes.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A - CADIP, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(4) As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2